

CAPITAL SOCIAL E CULTURA POLÍTICA E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO LOCAL¹

Micheli dos Santos²

Letiane Peccin Ristow³

Ivann Carlos Lago⁴

Área Temática: **III** - Desenvolvimento regional

Resumo

O artigo busca identificar como a literatura conceitua capital social e sua contribuição à democracia, analisar sua relação com a cultura política brasileira, considerando as características próprias da sociedade que a compõe, como: o grau de confiabilidade nas instituições, respeito às leis e “jeitinho brasileiro”, entre outros, para, por fim, analisar sua relação com o desenvolvimento. Foi possível verificar que o “jeitinho brasileiro” impede ou dificulta o desenvolvimento do capital social, e que é através do fortalecimento deste, que se poderá planejar alternativas que visem a recuperação da confiança nas instituições e a construção de uma sociedade cívica participante na arena política, buscando conjuntamente a promoção do desenvolvimento local.

Palavras-chaves: Capital Social. Cultura Política. Desenvolvimento Local.

Introdução

Vários autores têm buscado conceituar capital social e cultura política, para então relacioná-los com o desenvolvimento. Bandeira (2007), a partir dos estudos de Putnam, buscou conhecer as diferenças regionais quanto ao capital social e crescimento econômico no Rio

¹ Artigo elaborado com base no referencial teórico indicado na disciplina de Cultura, Política e Desenvolvimento - Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento e Políticas Públicas (UFFS) – Cerro Largo/RS.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento e Políticas Públicas (UFFS) – Cerro Largo, RS. Especialista em Administração Estratégica (UNIASSELVI). Bacharel em Administração (URI). E-mail: micheli.santos@uffs.edu.br.

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento e Políticas Públicas (UFFS) – Cerro Largo, RS. Especialista em Desenvolvimento Rural Sustentável e Agricultura Familiar (UFFS). E-mail: letiane.peccin@uffs.edu.br.

⁴ Cientista Social, Mestre e Doutor em Sociologia Política. Professor do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento e Políticas Públicas (UFFS) – Cerro Largo, RS. E-mail: ivann@uffs.edu.br

Grande do Sul. Baquero (2003), em seu artigo “*Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil*”, buscou a relação entre democracia, cultura política e capital social no Brasil, concluindo que existe uma ausência de capacidade cooperativa entre os brasileiros, o que pode explicar os déficits de participação política e instabilidade democrática. Bilert *et al.* (2011) investigaram a contribuição do capital social para o desenvolvimento local sustentável, concluindo que a formação do capital social influencia tanto no desenvolvimento econômico, como no desenvolvimento de cidadãos mais participativos nas decisões governamentais.

Desta forma, verifica-se que o tema está em voga, embora o capital social ser de difícil mensuração, haja vista sua intangibilidade. Entretanto, autores como Putman (2006) o analisaram em locais específicos, especialmente a partir de estudos de casos e situações específicas de desenvolvimento, e criaram indicadores capazes de identificá-lo. Todavia, se o capital social pode ser mensurado, então seria possível que o capital social fosse promovido ou fortalecido com o intuito de gerar desenvolvimento a partir das características da sociedade de determinado local?

Capital social para Coleman (1990) refere-se aos aspectos da estrutura social que facilitam ações coletivas dos atores no seu âmbito interno. Para Bourdieu (1985), trata-se de redes permanentes e próximas de um grupo que asseguram a seus membros um conjunto de recursos atuais ou potenciais; já para Putnam (2000), capital social refere-se aos aspectos das organizações sociais, como as redes, as normas e a confiança, que permitem a ação e a cooperação para benefício coletivo; e para Fukuyama (1995), refere-se aos recursos morais, confiança e mecanismos culturais que reforçam os grupos sociais (DALLABRIDA, 2006).

No tocante a cultura política, esta diz respeito a uma variedade de atitudes, crenças e valores políticos que interferem no – e configuram o – envolvimento das pessoas na vida pública (MOISÉS, 2008). Clássicos da teoria política voltada à análise da democracia (Toqueville, Rousseau) admitem que cada cultura conserva crenças, costumes e formas de fazer específicas que são o seu cerne, embora elas sejam dinâmicas, ou seja, historicamente são construídos valores que são capazes de influenciar o modo de como as pessoas fazem e veem as coisas (BAQUEIRO, 2003). Portanto, a cultura política passa por alterações e pode ter mudanças de orientação em virtude de pressões de efeitos gerenciais ou modernização econômica e social sobre os valores políticos.

Neste sentido, o capital social, constituído de interações sociais fortalecidas, seria capaz de fortalecer ou alterar a atual cultura política brasileira?

Este artigo busca identificar como a literatura conceitua capital social e sua contribuição à democracia, analisar sua relação com a cultura política brasileira, considerando as características próprias da sociedade que a compõe, como: o grau de confiabilidade nas instituições, respeito às leis e “jeitinho brasileiro”, fatalismo, entre outros, para por fim, analisar sua relação com o desenvolvimento local.

1. Capital Social

Os estudos sobre o que hoje chamamos de capital social tiveram origem na teoria social clássica do século XIX, onde pesquisadores como Tocqueville, Stuart Mill, Durkheim, Simmel e Kornhauser destacaram a importância da sociedade civil na consolidação da democracia. Muitos escritos discorrem sobre o tema, merecendo destaque os de Hanifan (1916); Coleman (1988; 1990) e Putnam (1993; 2006).

Hanifan (1916) enquanto trabalhava como supervisor de escolas em West Virgínia, nos Estados Unidos, observou que com a elevação do grau de pobreza, diminuíram as relações de vizinhança e a sociabilidade, práticas que, segundo o autor, eram essenciais para o bem estar de todos. Para ele, o capital social pode ser interpretado como:

Aquelas substâncias tangíveis que contam para a maioria nas vidas diárias das pessoas: isto é gentileza, companheirismo, simpatia, e convívio social entre indivíduos e famílias que compõem uma unidade social.(...) Se ele mantém contato com seu vizinho e este com outros vizinhos, haverá uma acumulação de capital social, que pode imediatamente satisfazer suas necessidades sociais e produzir uma potencialidade social suficiente para um crescimento substancial das condições de vida na comunidade inteira. A comunidade como um todo será beneficiada pela cooperação de todas as suas partes, enquanto o indivíduo encontrará em suas associações as vantagens de apoio, simpatia e companheirismo de seus vizinhos (HANIFAN, 1916 *apud* PUTNAM, 2006).

Já para Coleman (1990), o conceito de capital social tende a refutar o individualismo que transpõe o capital humano. Para este autor, o capital social tem como base a confiabilidade nas relações sociais. Em seu estudo, o autor teve o cuidado de apresentar o conceito, diferenças e características de capital físico, humano e social, mostrando a intangibilidade do capital social e explicando que enquanto o capital físico pode ser facilmente observado, por sua tangibilidade, o capital humano, mesmo sendo menos tangível, pode ser verificado através das habilidades e conhecimentos adquiridos individualmente. Complementarmente, ele enfatiza que o capital social somente pode ser identificado através das relações entre as pessoas, citando como exemplo a comparação entre dois grupos, sendo que o que manifesta maior confiança entre seus

membros tende a alcançar seus objetivos através da ação coletiva, enquanto que no outro dificilmente haverá consenso na busca pelo bem comum.

Entretanto, mesmo que não como pioneiro, foram os estudos do cientista político Robert Putnam - *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy* (publicado em 1993) e *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna* (publicado em 1996) – com base no modelo de associação voluntária de Tocqueville, que difundiram o conceito de capital social.

Na perspectiva de Putnam, o capital social relaciona-se ao ânimo que existe em uma comunidade para o trabalho voluntário, baseado na confiança sustentada pela previsibilidade e mutualidade, através de redes de relacionamentos. Para Putnam (2006), o fortalecimento do capital social pode ser mais significativo do que o capital físico ou humano para a estabilidade política e o desenvolvimento econômico e social, pois:

O desempenho de todas as instituições sociais, desde os mercados de crédito internacionais ou os governos regionais até as filas de ônibus, depende de como esses problemas são resolvidos. Num mundo habitado por santos, talvez os dilemas da ação coletiva não existissem, mas o altruísmo universal é uma premissa quixotesca para quaisquer ações ou teorias sociais. Quando os atores são incapazes de assumir compromissos entre si, eles têm que renunciar – pesadamente, porém racionalmente – a muitas oportunidades de proveito mútuo (PUTNAM, 2006, p. 174).

Assim, considerando a complexidade da ação coletiva, Putnam (2006) orienta que para se estabelecer um ambiente propício à cooperação e ao trabalho voluntário, é fundamental o estabelecimento de regras de reciprocidade coletiva, acompanhadas de um efetivo sistema de participação cívica.

Para Barqueiro e Cremonese (2006) é preciso mais que leis e instituições para solidificar um sistema minimamente capaz de responder as demandas da população. Neste sentido, o capital social contribui para solucionar determinados dilemas da ação coletiva, pois está fundado na importância da cultura política e da sociedade civil no processo de construção da democracia.

2. Capital Social: Seria possível ou viável contabilizá-lo?

Levando em consideração a intangibilidade do capital social, seria possível mensurá-lo? A literatura indica que os níveis de confiança na política e no cumprimento das leis podem ser medidos a partir de indicadores como nível de confiança e/ou satisfação com regimes e instituições. Nesta busca para desenvolver bases de mensuração do capital social, Spelleberg

(2001) *apud* Bandeira (2007) elencou quatro dimensões: comportamentos, atitudes e valores, perfil da população e organizações existentes, para investigar o comportamento altruísta em relação a pessoas que não fazem parte do grupo familiar, a participação voluntária em organizações, a participação em redes informais, a vida comunitária e a participação nela e o respeito às leis e normas.

Algumas pesquisas buscaram identificar o capital social em nível nacional, como o estudo da Universidade Federal de Pernambuco, em conjunto com a Controladoria Geral da União, que demonstra a avaliação do capital humano e social nos municípios brasileiros em todas as regiões do país. Especialmente no Rio Grande do Sul, uma pesquisa foi desenvolvida pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, a pedido da Assembleia Legislativa. Essa investigação foi debatida em vários eventos e também serviu como base de dados para Baqueiro (2007) que, ao analisá-los, constatou que os indicadores de capital social demonstram a existência de diferenças substanciais entre as regiões gaúchas.

Baldanza e Abreu (2013) ao revisar a literatura para tentar compreender as possibilidades de mensuração do capital social em seus múltiplos conceitos encontraram como resultados a possibilidade de percebê-lo por meio de indicadores que são apontados na literatura clássica e contemporânea sobre a temática. Para estes autores, são os valores simbólicos que unem os indivíduos e grupos, permitindo a manutenção do capital social. Assim, com base no estudo de Baldanza e Abreu (2013), os principais indicadores mensuráveis do capital social, são apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 - Indicadores de capital social nos grupos.

Autores / Obras	Indicadores Observáveis
Bourdieu (1980; 1984; 1985; 1986; 2005)	Prestígio, reputação, fama, pertencimento, lealdade.
Coleman (1988; 1990)	Confiança, reciprocidade, status, lealdade, importância das conexões, canais de informação, normas e sanções, superposição, alcance das conexões.
Putnan (1993; 1994; 1995a; 1995b; 2000; 2001; 2003)	Recompensas, apoio social, sanções, conversações cívicas, fidelidade, honra, reconhecimento.
Fukuyama (1995; 1999; 2002; 2009)	Raio de confiança, solidariedade espontânea, cooperação.
Lin (1982; 1986; 1990; 1992; 1999; 2001)	Status, fluxo de informações, confiança, influência/poder, identidade, credibilidade, reconhecimento.
Stone (2001)	Confiança, assistência, tempo despendido, visitas, investimento financeiro, reciprocidade, investimento na relação, tempo de ação, encontros.
Baum (2000)	Participação Cívica, pertencimento, amizade, manifestações, espírito de equipe.

Continua

Autores / Obras	Indicadores Observáveis
------------------------	--------------------------------

Régis et al. (2006)	Apoio emocional, troca de experiências, maximização de contatos, visibilidade, credibilidade.
Nahapiet e Ghoshal (1998)	Dimensão Cognitiva: linguagem, narrativas, estereótipos, códigos, impressões, apoio. Dimensão Estrutural: centralidade, densidade, hierarquia, conectividade. Dimensão Relacional: amizade, respeito, confiança, normas e sanções, pertencimento, identificação, conversação, informações.
Uphoff (2000)	Experiências adquiridas, cooperação, generosidade, solidariedade.

Fonte: Baldanza e Abreu (2013, p. 224-225).

Percebe-se que há metodologias que permitem mensurar o capital social, sendo o estudo de Baldanza e Abreu (2013), apresentado no Quadro 1, um ponto inicial que indica metodologias para levantar indicadores mensuráveis do capital social.

3. De que forma o capital social e a cultura política se relacionam no Brasil?

Em virtude das considerações a respeito de capital social até aqui apresentadas, quanto ao conceito, características, seus indicadores e suas possíveis contribuições para o desenvolvimento, este trabalho trará algumas considerações sobre a relação entre capital social e a cultura política no Brasil.

Segundo Baqueiro (2003) é possível identificar historicamente que, no Brasil, a cultura política apresenta-se híbrida, exibindo pontos a favor e também pontos negativos para a democracia, principalmente em relação à confiança nas instituições públicas. Segundo o autor, tal falta de confiança seria uma característica estrutural brasileira danosa ao fortalecimento da democracia, representando uma ausência de disposição cooperativa entre os brasileiros e sua pouca participação na arena política, o que gera instabilidade democrática.

O autor explica ainda que a confiança interpessoal e a confiança nas instituições políticas seriam pré-condições ou pré-requisitos para a formação de associações e organizações secundárias que fomentariam a participação política e, conseqüente, o aperfeiçoamento da democracia.

Tal falta de interesse político dos brasileiros converge com o que Gusmão (2001), ao analisar a obra de Benjamin Constant, retrata ao expor que o cidadão moderno “absorvido” pelo gozo da liberdade privada e da busca de interesses particulares, renuncie facilmente ao direito de participar do poder político” (p. 50), ou seja, a democracia representativa, na qual transfere-se a outra pessoa o poder de representá-lo nos assuntos políticos, acaba fazendo com que os indivíduos abram mão da vida política em detrimento de sua vida privada.

Têm-se tornado crescente a falta de interesse e disposição das pessoas para se envolver nos processos democráticos, como pertencer a partidos, participar de comícios, informar-se sobre os assuntos públicos e discutir política. Tal situação tende a aumentar se:

O dilema enfrentado pelo país é de que os recursos econômicos para satisfazer as demandas materiais básicas são insuficientes, levando a um processo acelerado de desagregação da vida social. A história recente tem mostrado que sociedades nessas condições dificilmente promovem o estabelecimento de culturas políticas participativas – ao contrário, caracterizam-se pela ineficiência, corrupção ou regimes despóticos (BAQUEIRO, 2003, p. 85).

Ao analisar quantitativamente o grau de confiança dos brasileiros nas instituições públicas e privadas, Almeida (2007) constatou que o brasileiro confia mais nas instituições privadas do que nas públicas, sendo as instituições menos confiáveis: Partidos Políticos (6%), Congresso (14%), Polícia Civil (23%) e Polícia Militar (25%). No grupo intermediário de confiança encontram-se: o Governo Federal (26%), a Justiça (28%), Grandes Empresas (28%), Imprensa (28%) e Militares (29%). As instituições que possuem maior confiança dos brasileiros são a Igreja Católica (60%), a Polícia Federal (41%) e o Ministério Público (30%). Neste sentido, Nascimento (2012) afirma que a falta de apoio ou confiança nas instituições ou gestores públicos pode resultar em estagnação na evolução positiva da democracia, além de promover individualismo em detrimento da ação coletiva e do capital social.

A desconfiança nas instituições está na base do afastamento dos cidadãos em relação às questões e instituições públicas; esse afastamento leva à desinformação (ele não quer ser informado sobre política, por exemplo) que, por sua vez, aumenta a desconfiança e, por decorrência, diminui a propensão ao associativismo e ao envolvimento comunitário; isso tudo enfraquece o capital social presente na população; esse enfraquecimento do capital social acaba por reforçar o afastamento político, que por sua vez reforça a desinformação e o desinteresse; quanto menos informado, menos interessado e menos envolvido, maior a desconfiança em relação ao funcionamento das instituições. Trata-se de um ciclo vicioso, onde um fator tende a reforçar o outro, criando uma espiral de despolarização e desmobilização política. As grandes experiências que tiveram êxito em promover o capital social e torná-lo propulsor do desenvolvimento encontraram uma maneira de interferir nessa espiral e reverter seu fluxo, criando um ciclo virtuoso onde a participação, o interesse, a confiança nos outros cidadãos e nas instituições aumentam conjuntamente e reforçam um ao outro. E isso, invariavelmente, ocorre quando ações na base do processo – confiança nos outros cidadãos e nos grupos próximos, como vizinhos e comunidade – são bem sucedidas.

Se a opinião de Putnam (2006) a respeito da importância da confiabilidade entre as pessoas e entre as instituições é um dos aspectos que favorecem a formação e o fortalecimento do capital social, então o Brasil não se enquadraria ou teria seu capital social enfraquecido pela falta de confiança? Nota-se, assim, a vulnerabilidade da democracia brasileira, que não consegue conciliar os interesses da sociedade, sendo imprescindível o fortalecimento de ideais de cooperação entre os cidadãos. Endossando este pensamento Putnam (2006) afirma:

Em muitos aspectos, os cidadãos de uma comunidade cívica são mais do que meramente atuantes, imbuídos de espírito público e iguais. Os cidadãos virtuosos são prestativos, respeitosos e confiantes uns com os outros, mesmo quando divergem em relação a assuntos importantes. A comunidade cívica não está livre de conflitos, pois seus cidadãos têm opiniões firmes sobre as questões públicas, mas são tolerantes com seus oponentes (PUTNAM, 2006, p. 102).

Putnam citando Tocqueville, diz ainda: “somente a ação que os homens exercem uns sobre os outros renova os sentimentos e as ideias, engrandece o coração e promove o entendimento” (PUTNAM, 2006, p.103). Para tudo isso, educação e formação política são fundamentais. Além, é claro, de tradição associativa, confiança interpessoal e propensão ao associativismo. E essas são características que não podem ser criadas por decreto, não “implantadas” em uma comunidade ou região por meio de uma política pública. Elas estão muito associadas à história da região, a eventos do passado (catástrofes, por exemplo, podem fortalecer capital social, como no caso da cidade de New Orleans, nos EUA), à religião, como nos mostra Weber.

Porém, ao analisar a realidade brasileira, precisa-se atentar para como o “jeitinho brasileiro” entrava ao desenvolvimento do capital social. Aspecto que se destaca na sociedade brasileira: o “jeitinho brasileiro”. Nos termos definidos por Roberto DaMatta, refere-se ao modo que uma pessoa utiliza para atingir seus objetivos em detrimento as leis e normas, funcionando como um instrumento que permite a quebra das regras. Neste sentido, ele ocorre quando a ação pretendida é impossibilitada pela lei, entretanto prioriza-se a peculiaridade da situação para o não cumprimento da obrigação, deixando-se de lado a universalidade da determinação para priorização de um caso em particular (DAMATTA, 1981, *apud* SOUZA, 2001). Ou, ainda nos termos damattianos, suprime-se o indivíduo, a quem cabe o cumprimento igualitário da lei, pela pessoa, a quem se atribui a especificidade da exceção transfigurada em favor.

O “jeitinho brasileiro” foi pesquisado por Almeida (2007), que constatou que ele é socialmente aceito por toda a sociedade, na qual abre-se uma exceção à regra mediante fatos e desculpas em benefício próprio ou de outra pessoa. Em sua pesquisa o autor constatou que, para

os brasileiros, existe um padrão dicotômico da sociedade, onde o que é certo ou errado varia de acordo com a situação ou contexto (ou, o que é ainda mais danoso, depende de quem é a pessoa envolvida), caracterizando o que o autor chama de “zona cinzenta moral” entre o certo e o errado. De qualquer forma, certo ou errado, o que importa é que através do “jeitinho brasileiro” ignora-se a necessidade de seguir regras e leis. Sendo uma prática generalizada na nossa cultura, o “jeitinho” e a pessoalidade são conhecidos de todos, e saber que isso acontece e que está no expediente cotidiano das instituições políticas apenas reforça, na cabeça do cidadão, a desconfiança nas instituições.

Tal característica pode enfraquecer o processo democrático. Quirino (2001), ao analisar a obra de Tocqueville, ressalta que uma sociedade que visualiza a lei como uma obra sua, a cumpriria sem constrangimentos e respeitaria a autoridade do governo favorecendo, assim, a confiança entre os diferentes grupos, pois todos teriam seus direitos e garantias preservados. O autor ainda argumenta que a associação livre dos cidadãos poderia substituir o poder dos nobres, a tirania e a insubordinação.

Ainda sobre a caracterização da sociedade brasileira, Almeida (2007) em sua pesquisa constatou que o brasileiro é fatalista, pois 1/3 da população acredita que o destino está nas mãos de Deus, sem espaço para a ação humana. Segundo o autor, o Brasil teria herdado o fatalismo religioso de origem católica dos portugueses. Além disso, o autor identificou características na sociedade brasileira como familista e falta de espírito público. No aspecto familista, 84% dos brasileiros confiam na família e apenas 30% confiam em pessoas fora do grupo familiar apontando para a falta de confiabilidade dos brasileiros. Com relação à falta de espírito público o autor constatou que apenas 41% dos brasileiros estariam dispostos a fazer algo que o governo não o fez, representando um obstáculo para o país, na medida em que tal concepção enfraquece o controle social.

Assim, características específicas da sociedade brasileira, em especial o “jeitinho brasileiro”, impedem ou dificultam o desenvolvimento do capital social, pois a propensão ao ativismo social e as motivações individuais são componentes essenciais ao capital social, por propiciar que os atores sociais se mobilizem em torno de benefícios comuns (COLEMAN, 1990; PUTMAN, 2006; BAQUEIRO, 2007).

4. Importância do capital social e da cultura política no processo de desenvolvimento local

Seria possível fomentar o capital social de um determinado território para promover seu desenvolvimento? Segundo Abramovay (2000), sim. Para este autor, seria possível construir um sujeito coletivo do desenvolvimento capaz de articular forças dinâmicas do local; tendo em vista que para tal projeto de desenvolvimento ser possível e necessário um pacto territorial composto por cinco requisitos: mobilização dos atores sociais em torno de uma ideia; apoio dos atores sociais na elaboração e execução do projeto, definição de um projeto que seja específico àquele território para promover suas atividades; determinar o tempo específico para execução do projeto, e; criar uma entidade gerenciadora que una os protagonistas do pacto ou projeto territorial (CASAROTO FILHO E PIRES, 1998 *apud* ABRAMOVAY, 2000).

Putnam (2006) e Sen (2000) estudaram a importância da cultura nos processos de desenvolvimento. Trennepohl *et al.* (2007) ressaltam a necessidade de compreender a cultura, pois ela representa o comportamento social e define o modo de vida em determinada sociedade, no que se refere ao seu modo de organização econômica, organização política, crenças e práticas religiosas, assimilação de tecnologias e vida em comunidade.

Neste sentido, os traços culturais que caracterizam uma sociedade, provendo formas que viabilizem a seus membros a colaborarem na solução de problemas da coletividade, compõem o capital social. Putnam (2006) cita, como exemplo, o sentimento de confiança mútua entre os indivíduos que integram esta sociedade e as redes de relações interpessoais.

Mesmo não havendo aparente relacionamento com o desenvolvimento, alguns aspectos da vida cotidiana em comunidade, como participação em associações comunitárias, clubes e entidades culturais e esportivas, são relevantes, tendo em vista que propiciam a aproximação entre as pessoas, fortalecendo os laços entre eles, tornando-os mais motivados a colaborar no sentido de resolver problemas comuns (PUTNAM, 2006). São esses elementos do cotidiano que, em seu conjunto, delimitam a propensão das pessoas a se envolverem em questões de interesse coletivo, na solução de problemas que são comuns, ou seja, eles estão na base do capital social, e este é, o componente decisivo na promoção do desenvolvimento, especialmente em sua dimensão local.

Assim, o capital social constitui-se em estratégia para o desenvolvimento, que deverá ser articulado através de políticas públicas que promovam a participação cívica, considerando a realidade da comunidade local. Provoca-se o questionamento: o capital social seria uma “estratégia para o desenvolvimento” ou um “elemento necessário ao desenvolvimento”? A estratégia, nesse sentido, não seria de promover e ampliar o capital social como condição para o desenvolvimento? Para Abramovay (2000), na esfera do desenvolvimento local, as relações

sociais ocorrem mais próximas entre as pessoas que, atuando em redes, representam as ações coletivas.

Corroborando com esta visão, Putnam (2006) enfatiza que o desenvolvimento de um local não é responsabilidade do Estado, instituições ou órgãos governamentais, e sim do engajamento da comunidade cívica, que conjuntamente tem o poder de promover melhorias e o desenvolvimento local, justo e igualitário, fortalecendo o capital social e a democracia. Nesse sentido,

A democracia forte baseia-se na ideia de uma comunidade autônoma de cidadãos que estão unidos menos por interesses homogêneos do que pela educação cívica, e que são capazes de buscar objetivos comuns e de agir em reciprocidade graças ao seu espírito cívico e às suas instituições participativas, e não ao seu altruísmo ou à sua boa índole. A democracia forte é compatível, ou melhor, depende da política do conflito, da sociedade do pluralismo e da separação entre as esferas de ação pública e privada (NORTH, 1990 *apud* PUTNAM, 2006).

Desta forma, mesmo havendo conflitos, em razão de os diferentes interesses, as relações de confiança e espírito público são elementos constitutivos dos processos de desenvolvimento.

Considerações Finais

Este artigo se propôs a dialogar sobre a relação do capital social e da cultura política com o desenvolvimento local, em razão da atual conjuntura política. Percebe-se uma descrença dos cidadãos brasileiros nas instituições, o que tem ocasionado desmotivação quanto à participação cívica, enfraquecendo o capital social e a consolidação democrática, sendo necessário e urgente se pensar em maneiras de recuperar a credibilidade e confiança nas instituições, ante as demandas sociais.

No meio acadêmico é consenso que o fortalecimento da democracia de uma nação advém de uma sociedade civil participativa, que valoriza as normas institucionais. Sendo assim, “o capital social, frente à crise por que passam as instituições democráticas, surge como um bem público capaz de gerar um novo contrato social, baseado na cooperação recíproca, solidária e coletiva” (BAQUERO, 2003, p.29).

Infere-se que o “jeitinho brasileiro” impede ou dificulta o desenvolvimento do capital social, e que é através do fortalecimento deste que se poderá planejar alternativas que visem a recuperação da confiança nas instituições e a construção de uma sociedade cívica participante na arena política, buscando conjuntamente a promoção do desenvolvimento local. Desta forma,

será possível promover o desenvolvimento local, engajando a comunidade na busca de sua melhoria de qualidade de vida, considerando suas características e traços culturais. Percebe-se necessidade de aprofundamento do debate sobre a temática e da ampliação das pesquisas e ações que articulam cultura, capital social e desenvolvimento.

Referências

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**. nº. 2, vol. IV, p. 379-397, 2000.

ALMEIDA, A. C. **A cabeça do brasileiro**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2007.

BALDANZA, R. F.; ABREU, N. R. de. Capital Social: compreensão e possibilidades de mensuração em um conceito múltiplo. **Ciências & Cognição**, 2013; Vol 18(2), p. 208-228. Disponível em: <http://www.cienciasecognicao.org>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

BANDEIRA, P. S. Diferenças Regionais quanto ao capital social e crescimento econômico no Rio Grande do Sul. **Redes**. Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 1, p. 93-124, 2007.

BAQUERO, M. CREMONESE, D. (orgs.) **Capital Social: teoria e prática**. Ijuí: Unijuí, 2006.

BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**. Nº 21: 83-108, Nov. 2003.

BILERT, V. S. S.; PERONDI, M. A.; PEREIRA, A. A.; TERNOSKI, S. A contribuição do capital social para o desenvolvimento local sustentável. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista - UNIOESTE/MCR** - v. 11 - n. 21 - 2º sem. 2011 - p. 29 a 42.

COLEMAN, J. S. **Foundations of Social Theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

DALLABRIDA, V. R. A dimensão intangível do desenvolvimento: algumas reflexões preliminares. In: BAQUERO, M. CREMONESE, D. (orgs.) **Capital Social: teoria e prática**. Ijuí: Unijuí, 2006, p. 88-109.

GUSMÃO, L. A. S.C. de. Constant e Berlin: a liberdade negativa dos modernos. In: SOUZA, Jessé. (org.). **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, p. 39-62.

HIGGINS, S. S. Precisamos de capital social? Sim, mas socializando o capital. **Em Tese**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 1-21, jan. 2005. ISSN 1806-5023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18020>. Acesso em: 01 jul. 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.5007/18020>.

MATOS, H. **Capital social e comunicação: interfaces e articulações**. São Paulo: Summus, 2009.

MOISÉS, J. M. Cultura política, instituições e democracia – Lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 23, nº. 66, 2008, p. 11-43.

NASCIMENTO, E. O. do. Sociedade civil, capital social e democracia no Brasil. **Pensamento Plural**. Pelotas. Vol. 10. p. 119-154, 2012.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2006.

QUIRINO, C. G. Tocqueville: sobre a liberdade e a igualdade. In: WEFFORT, F. C. (org.) **Os clássicos da Política**. Vol. 2, 10ª ed., São Paulo – Editora Ática. 2001, pg. 149-188.

SOUZA, J. Democracia e personalismo para Roberto DaMatta: descobrindo nossos mistérios ou sistematizando nos auto-enganos? In: SOUZA, Jessé. (org.). **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, p. 165-200.

TRENNEPOHL, D. et al. Desenvolvimento e Cultura: relações de sinergia e conflito. **Revista Desenvolvimento em Questão**. Nº 9. Janeiro-Junho 2007. Pg 147-161.

TOCQUEVILLE, A. de. **A democracia na América: livro 1 Leis e costumes**. São Paulo: Martins Fontes. 2ª ed., 2005.